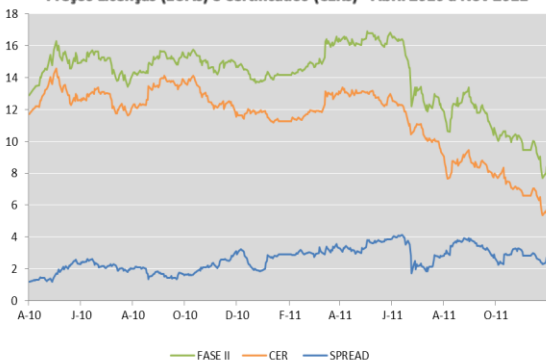


Preços Licenças (EUAs) e Certificados (CERs) -Abril 2010 a Nov 2011



valores em €	30-Nov	MoM	%
EUA Spot	8,41	-1,71	-16,90%
Fut 2011	8,32	-1,85	-18,19%
Fut 2012	8,73	-1,92	-18,03%
Fut 2013	9,35	-1,97	-17,40%
CERs Spot	5,72	-1,21	-17,46%

	30-Nov	%
UK Gas (NBP p/th)	59,91	-10,30%
Carvão (API2 USD/t)	103,00	-13,45%
Brent (USD/barrel)	110,64	0,99%
Crude (USD/barrel)	100,65	8,04%
German Baseload	53,20	-3,10%

Mercados de CO₂

O preço spot das Licenças de Emissão (EUAs) encerrou o mês de Novembro a 8,41 €, cerca de 1,71 euros abaixo do valor de fecho do mês de Outubro.

Até ao dia 14 de Novembro o registo de licenças e créditos das Nações Unidas (ITL) esteve encerrado para manutenção e, como consequência, vários registos europeus e as bolsas de spot (Bluenext) estiveram também encerradas, mantendo-se a transaccionar os mercados de derivados.

Logo no início do mês os preços do carbono caíram 2% quando surgiram novas dúvidas sobre a capacidade da Europa conseguir negociar um pacote de resgate para a Grécia. Esta queda acentuou-se quando chegou a confirmação de que a União Europeia vai adoptar novas regras no registo de emissões e avançar com os planos para vender 300 milhões de licenças da reserva da UE apesar dos preços estarem abaixo dos 10 euros e praticamente não haver procura. A receita obtida com as vendas foi reservada para o fundo de energias renováveis e captura de carbono e projectos de armazenamento de toda a UE. (cont. pág. 2)

Cop 17 a decorrer em Durban

Arrançou na passada segunda-feira, dia 28 de Novembro de 2011, a COP 17 (Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas - CQNUAC) em Durban, África do Sul.

Sem grandes expectativas e com a moral um pouco em baixo, a COP 17 decorre com a participação dos 195 países e organizações e empresas de comunicação acreditadas, num total que poderá atingir perto dos 12.000 participantes. (cont. pág.2 e 3)

Resultados da última reunião de 2011 do EB do CDM

De 21 a 25 de Novembro decorreu em Durban, África do Sul, a última reunião de 2011 do *Executive Board* (EB) do CDM (Clean Development Mechanism). São várias as novidades do CDM aprovadas pelo EB dias antes do arranque das negociações da 17ª Conferência das Partes (COP) da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas a decorrer nesta mesma cidade na África do Sul. Em cima da mesa estiveram desde a revisão de metodologias até à adopção de um novo conjunto de *standards* para CDM, entre outros assuntos. (cont. pág. 3 e 4)

Mercados de CO₂ (cont.)

Os analistas de mercado advertem que o excesso de novas licenças irá pesar sobre os preços do carbono da UE, que têm sido pressionados para os valores mais baixos desde há 33 meses. A adopção das regras de registo também foram um passo necessário para a introdução de um registo único a nível da UE no próximo ano, o que proporcionará maior segurança para o Comércio Europeu de Licenças de Emissão. Este sistema irá ocultar o número de série das licenças da maioria dos participantes no mercado de modo a proteger a liquidez no mercado spot.

Com a suspensão do referendo na Grécia e um novo governo de unidade nacional houve uma pequena subida nos preços mas que se tornou completamente irrelevante quando a meio do mês o Barclays cortou a sua previsão de preço para as licenças europeias de carbono para 2012 em 20%, alegando que uma queda no crescimento económico poderia reduzir as emissões em 50 milhões de toneladas nos próximos 13 meses. O banco desceu a previsão de crescimento do PIB na zona euro de 1 para 0,4% e espera uma queda de 2% na produção industrial europeia no próximo ano.

O relatório diz que as questões da dívida soberana da Europa ameaçam a liquidez nos mercados interbancários acrescentando que se houver outra crise de crédito, o acesso ao crédito para muitas empresas vai acabar e os mercados de carbono vão ver então uma maior venda de EUAs pelas empresas industriais que têm excesso de licenças porque lhes irá permitir realizar liquidez.

No dia 21 o Banco francês Societe Generale cortou as suas previsões dos preços de carbono devido às preocupações com a saúde económica da zona Euro e o excesso de oferta de EUAs. O Banco alertou que a curto prazo as licenças poderiam cair abaixo dos 8 euros se a situação económica se deteriorasse ainda mais. Foi isso que aconteceu perto do final do mês quando as licenças chegaram aos 7,50€, o valor mais baixo desde 2009. As EUAs tiveram uma queda de 24% até 24 de Novembro e acabaram o mês a perder 17% em relação ao mês anterior enquanto que as CERs perderam mais de 18%.

Os analistas da Thomson Reuters Point Carbon baixaram também as previsões de preços das EUAs em 45%, para 12 euros, para a terceira fase do Comércio Europeu de Licenças de Emissão. O enorme downgrade foi em parte devido a uma mudança na forma como os analistas calcularam a previsão, que agora é baseada na suposição de que a UE vai ficar com seu objectivo de reduzir gases de efeito de estufa (GEE) em 20% até 2020 em relação aos níveis de 1990 e não em 30% como foi estimado por alguns analistas. Os analistas referem que dada a actual crise da dívida é improvável que os estados membros da UE concordem com metas mais difíceis.

A Thomson Reuters Point Carbon tornou-se assim a quinta empresa a reduzir drasticamente as suas previsões de preços de carbono. Sem uma evolução positiva macroeconómica e enquanto permanecer o nervosismo nos mercados financeiros, é provável que a procura continue muito fraca e os preços permaneçam baixos.

Maria João Ramos

mramos@ecoprogresso.pt

Cop 17 a decorrer em Durban (cont.)



A abertura da Conferência foi realizada pela Presidente da COP 17, a Ministra das Relações Internacionais e Cooperação da África do Sul, Maite Nkoana Mashabane, que realçou que o sucesso de Durban dependerá essencialmente de: operacionalização imediata dos Acordos de Cancun (COP 16), em particular o arranque rápido do Fundo Verde para o Clima, a resolução do futuro do Protocolo de Quioto e a definição mais coerente da abordagem para a adaptação às Alterações Climáticas (<http://www.cop17-cmp7durban.com/en/logistics/welcome-to-cop17-cmp7.html>).

De acordo com um *press release* publicado na página oficial da COP 17, o Presidente da África do Sul, Jacob Zuma, salientou a importância dos impactes das Alterações Climáticas em África e a urgência de se chegar a uma solução em Durban. De acordo com o mesmo *press release*, a Secretária Executiva da CQNUAC, Christiana Figueres, voltou a realçar a importância de se responder à questão do futuro do Protocolo de Quioto "...como uma tarefa central para Durban, responder à questão muito importante do futuro do Protocolo de Quioto. Ao mesmo tempo, os governos precisam concordar sobre como querem prosseguir para um quadro mais amplo para reduzir gases com efeito de estufa sob a Convenção sobre Alterações Climáticas".

Até ao momento, o acontecimento mais marcante pela negativa desta COP 17, foi possivelmente o anúncio do Governo do Canadá no dia 27 de Novembro, de que no próximo mês iria unilateralmente retirar-se do Protocolo de Quioto.

Cop 17 a decorrer em Durban (cont.)

Numa altura em que mesmo com fracas expectativas, os esforços anunciados em Durban vão no sentido de se procurar negociar um futuro para o Protocolo de Quioto, este anúncio caiu sem dúvida como um balde de água fria para os diferentes participantes na Conferência.

Um sinal mais positivo veio do lado da China, no passado dia 2 de Dezembro, que afirmou não ser impossível assinarem um acordo internacional vinculativo de redução das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE). Relembramos que a China está a avançar com um projecto-piloto de Comércio de Emissões, à semelhança do Comércio Europeu de Licenças de Emissão.

O segmento ministerial irá ter início no próximo dia 6 de Dezembro, terminando a COP 17 a 9 de Dezembro.

A Ecoprogresso está a acompanhar de perto a evolução da COP 17, esperando na próxima edição de Janeiro de 2012 poder trazer melhores novidades sobre os resultados de Durban.



COP17/CMP7
UNITED NATIONS
 CLIMATE CHANGE CONFERENCE 2011
DURBAN, SOUTH AFRICA



Catarina Vazão
 Directora Geral
cvazao@ecoprogresso.pt

Resultados da última reunião de 2011 do EB do CDM (cont.)

No que se refere à revisão de metodologias, vale a pena salientar a exclusão temporária da metodologia de aplicação de carvão vegetal nas termoeléctricas. A exclusão tem efeito imediato e resultou da constatação de uma sobre estimativa do potencial de redução de emissões dos projectos desta natureza por parte do *Board's Methodologies Panel*. Em consequência desta decisão, 40 projectos foram congelados o que segundo os especialistas poder-se-á traduzir na redução em cerca de 250 milhões de CERs até 2020. Não há de momento qualquer estimativa para a finalização do processo de desbloqueio desta metodologia já que a revisão de metodologias controversas podem levar meses e até mesmo anos para serem aprovadas. No entanto, alguns ambientalistas pedem mesmo a exclusão definitiva desta metodologia enquanto metodologia CDM por não a considerarem efectivamente sustentável.

Com igual relevo, surge ainda a revisão da metodologia de projectos que decompõem o HFC-23, um gás com efeito de estufa que tem um potencial de aquecimento global 13000 vezes superior ao do CO₂. Aqui, a nova versão da metodologia limita o máximo de redução de emissões que poderá ser reivindicada a apenas 1 tonelada de HFC-23 formada por cada 100 toneladas de HFC-22 produzidas. De acordo com a mais recente publicação do CDM&JI Monitor da Point Carbon, prevê-se que um novo projecto HFC-23 apenas irá beneficiar de 1/3 dos créditos quando comparado com projectos aprovados à luz da anterior versão da metodologia. Esta alteração poderá ter um impacte de redução em cerca de 290 milhões da oferta de créditos gerados por projectos desta natureza. Contudo, o impacto desta revisão é limitado uma vez que a nova metodologia não poderá ser aplicada retroactivamente em projectos que actualmente já geram créditos.

A última reunião do EB trouxe ainda novidades quanto às orientações gerais do CDM, havendo lugar à adopção de um conjunto de três novos documentos base aplicáveis ao CDM dentro de um período de nove meses. Este conjunto de documentos resulta da consolidação das regras existentes com outras novas e visa: clarificar as regras do CDM para as diferentes partes envolvidas, aumentar a nível de consistência na implementação das regras CDM durante as fases de validação e verificação, dotando ainda os participantes de projectos e entidades de um *standard* que reúne todas as suas obrigações e responsabilidades nas várias fases que constituem um ciclo de um projecto CDM. Estes documentos estão disponíveis em: <http://cdm.unfccc.int/EB/index.html>.

Resultados da última reunião de 2011 do EB do CDM (cont.)

Por fim, sublinha-se ainda a aprovação de um *standard* sobre o Programa de Actividades (PoA, do inglês *Programme of Activities*) que, no âmbito do CDM, permite num único programa: incluir diferentes projectos, usar uma combinação de diferentes metodologias de forma uniforme ou ainda integrar actividades em diferentes regiões ou mesmo países. O *standard* aprovado visa facilitar o desenvolvimento de um PoA, especificando os critérios de demonstração da adicionalidade de um PoA e de elegibilidade para a inclusão de uma actividade de projecto como parte de um PoA, facilitando ao mesmo tempo a aplicação de combinação de diferentes metodologias num PoA.

Embora com um futuro ainda incerto e dependente de um acordo internacional pós-Quito, o CDM dá assim passos significativos com vista a uma maior transparência e consistência das suas regras. Como reforça o Vice-Chair do EB do CDM Maosheng Duan: *“these new documents (...) will help remove any guesswork in the existing rules, thus help speed up processes and contribute to higher quality submission”*

fonte:

http://cdm.unfccc.int/CDMNews/issues/issues/I_8BRL5QJE7D_YGRQM35JJTBCOFT94ZK/viewnewsitem.html

Beatriz Pinto

Consultora Sénior

bpinto@ecoprogresso.pt

A energia do Natal

O Natal está a chegar! Ou pelo menos é o que se pode concluir com a azáfama que se faz sentir em todas as grandes superfícies comerciais, ou pela quantidade de decorações relativas à quadra natalícia. Este mês não é só o início da corrida às compras de natal, mas também tipicamente um dos meses mais frios do ano. Estes factores em conjunto contribuem para que todos os anos o consumo eléctrico aumente nesta altura.

Segundo a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, Dezembro de 2009 viu o consumo de electricidade crescer 10%, face à média dos restantes meses, o que representa um acréscimo nas emissões de gases com efeito de estufa (GEE) em cerca de 100 mil tCO₂e. Já o mês homólogo de 2010 viu o consumo crescer 15% (que se traduz em aproximadamente 147 mil tCO₂e)! Para se procurar contrariar esta tendência, teremos todos de reduzir os nossos consumos de energia, o que na conjuntura económica actual até é visto com muito bons olhos.



Figura 1- Fonte: <http://www.toxel.com/inspiration/2008/12/11/unusual-and-creative-christmas-trees/>

Foi a situação económica vigente (de cortes orçamentais) e o espírito típico desta quadra natalícia que levou a que alguns municípios portugueses reduzissem/abdicassem das suas iluminações de Natal, por vezes em prol do auxílio social. A câmara de Lisboa em 2011 apenas reduziu os seus gastos com iluminação de natal (em 700 mil euros face ao ano de 2010 (Fonte: <http://www.ionline.pt/portugal/apagao-municipios-cortam-no-natal-poupar-na-luz>)), já as juntas de freguesia de Colares, Rio de Mouro e São Marcos abdicaram por completo das iluminações de Natal, e irão aplicar esse dinheiro em diversos tipos de acção social (Fonte: <http://www.greensavers.pt/2010/11/22/sintra-juntas-de-freguesia-trocam-iluminacao-de-natal-por-apoios-sociais/>). Apesar dos grandes impulsionadores destas medidas serem os consecutivos cortes orçamentais, estas irão resultar numa redução do consumo eléctrico desses mesmos municípios (redução esta que se traduzirá numa redução dos GEE associados à actividade dos municípios).

Este é um ano especial, em que muitos hábitos terão de ser forçosamente alterados. Assim sendo porque não aliar a necessidade de reduzir os nossos custos orçamentais, com os benefícios ambientais que daí poderão surgir? É com esta dupla de valores que deixamos aqui algumas dicas para melhorar a eficiência económica e ambiental do seu Natal:

1. Opte por iluminações LED (redução dos custos energéticos em cerca de 80% quando comparadas com lâmpadas tradicionais), ou por iluminações que funcionem através de energia solar e desligue sempre as luzes de Natal enquanto dorme e quando não está em casa.

A energia do Natal (cont.)

- Não tenha medo de se agasalhar, quando estiver com frio. Em vez de ligar o aquecimento coloque mais um casaco;
- Envie postais de Natal por correio electrónico; evite os modelos impressos.
- Prefira produtos nacionais e, de preferência, locais.
- Seja criativo na concepção/compra dos seus presentes, escolha artigos que utilizem material reciclado, ou que provenham do artesanato local, e de preferência objectos utilitários e reutilizáveis, evitando gadgets com pilhas. Se comprar brinquedos electrónicos, adquira um carregador de pilhas, utilizando pilhas carregáveis de modo a poupar a nível económico e ambiental.
- Embrulhe os seus presentes com folhas de jornal ou de revistas que tenha em casa.
- Planeie a refeição da ceia de Natal de modo a evitar excedente de comida e, conseqüentemente, desperdícios desnecessários.
- Ofereça a quem precise o que não usa, como roupa, ou mesmo presentes não desejados, existem muitas instituições, paróquias e acções que as recolherão de bom grado (ex.: "DIA 8 É O DIA" é uma acção que pretende oferecer material de inverno a sem-abrigo e pessoas em extrema carência material, e tem vários pontos de recolha espalhados por Lisboa).
- Faça separação do papel/cartão, embalagens e vidro e coloque-os no ecoponto mais próximo, evitando assim os amontoados de lixo que marcam o dia de Natal.

Acima de tudo não tenha medo de inovar. Com alguma imaginação e criatividade pode encontrar ou criar soluções económicas, eficientes e amigas do ambiente, que lhe proporcionarão um natal muito rico com muito pouco!

Virgílio Figueiredo
Estagiário
vfigueiredo@ecoprogresso.pt

Carbonfree em Novembro:

- Almoço de Natal do Banif – 10 de Dezembro
- Frota de serviço da Lipor 2010



Código de ética carbonfree:

O carbonfree selecciona projectos que garantem uma **efectiva redução de carbono da atmosfera**. Os nossos requisitos para a selecção de créditos estão em linha com o definido pelo International Carbon Reduction and Offset Alliance (ICROA):

Adicionais - o projecto não existiria caso não houvesse o retorno dos créditos de carbono. Por outro lado essa redução não estava já planeada nas políticas existentes;

Mensuráveis – a quantidade reduzida de emissões é determinada de acordo com métodos adoptados internacionalmente;

Permanentes – as reduções de emissões (ou sequestro no caso de projectos florestais) é irreversível. Para projectos de florestação tem de ser demonstrado que a floresta sobrevive pelo menos 30 anos.

Verificáveis – todos os projectos apoiados pelo carbonfree são monitorizados e verificados por uma entidade independente que certifica de acordo com os requisitos locais e específicos do sector em causa;

Contribuição para o desenvolvimento local – são seleccionados créditos de projectos que, preferencialmente, promovem o desenvolvimento sustentável nas comunidades locais. Isto pode ser feito, por exemplo, através da melhoria da biodiversidade local, criação de empregos, assegurar acesso a energia, melhorar as condições de vida e de saúde.

NOTA: Os textos desta newsletter não foram escritos de acordo com o novo acordo ortográfico.

A Ecoprogresso é uma empresa:



Para mais informações contacte:

Maria João Ramos | Departamento de Comunicação
miramos@ecoprogresso.pt
T +351 217 981 210



Para Trading de Licenças contacte:

Front Office
frontoffice@ecotrade.pt
T +351 217 981 212